

ENTRE A METRÓPOLE E COLÔNIA – A BRANQUITUDE DE SEGUNDA CLASSE EM *O RETORNO*, DE DULCE CARDOSO

*BETWEEN THE MOTHER COUNTRY AND COLONY – THE SECOND CLASS WHITENESS
IN DULCE CARDOSO’S O RETORNO*

Diego Bonatti¹

Ana Lúcia Liberato Tettamanzy²

Resumo: Este trabalho tem como objetivo discutir o problema da branquitude na obra *O Retorno* (2011), de Dulce Cardoso, enquanto representação da tensão colonial existente entre a metrópole (Portugal), e a colônia (Angola), no contexto da independência. Na obra, a escritora representa os eventos que sucederam à independência de Angola, em 1975, e o início da Guerra Civil 1975-2002. Neste contexto, cidadãos angolanos brancos passam a ser vistos como inimigos e têm de deixar o país. Seu destino, então, é Portugal, para onde eles “retornam” metaforicamente, mesmo sem nunca terem estado lá. Assim, enquanto retornados, ou migrantes, os personagens sofrem com o choque de serem tratados como inferiores, “cidadãos de segunda classe”, da mesma forma como tratavam os cidadãos negros em Angola. Tal perspectiva leva ao debate acerca da branquitude hegemônica no contexto da obra, assim como revela a tensão entre centro-periferia sobre o qual se estrutura o mundo colonial. Como suporte teórico, utilizou-se os conceitos de nacionalidade e identidade (Anderson, 2008), branquitude (Banton, 2000; Schucman, 2020), pactos narcísicos (Bento, 2003), branquitude acrítica (Cardoso, 2014), colonialismo (Fanon, 2008; Goody, 2013), estruturas coloniais (Quilomba, 2019) e a história colonial de Angola (Tutikian, 2006).

Palavras-chave: Branquitude. *O Retorno*. Dulce Cardoso. Angola. Colonialismo.

Abstract: This paper intends to discuss the problem of whiteness in Dulce Cardoso’s book *O Retorno* (2011), as a representation of the colonial tension between the mother country (Portugal), and the colony (Angola), in the context of independence. In the book, Dulce represents the events that lead to Angola’s independence in 1975, and the beginning of the Civil War 1975-2002 that followed. In this context, white Angolan citizens were seen as enemies and had to leave their country. Their destiny is Portugal, to where they metaphorically “return”, even without never been there before. Thus, as “retornados” [returnees], or migrants, the characters suffer with the cultural shock of being treated as inferior people, “second class citizens”, the same way they treated black peoples in Angola. This perspective takes us to discussions on hegemonic whiteness in the context of the book, as it reveals the tension between center-periphery in which is centered the colonial power. As theoretical bases, concepts such as nationality and identity (Anderson, 2008), whiteness ((Banton, 2000; Schucman, 2020), narcissistic pacts (Bento, 2003), acritical whiteness (Cardoso, 2014), colonialism (Fanon, 2008; Goody, 2013), colonial structures (Quilomba, 2019) and the colonial history of Angola (Tutikian, 2006) were used.

Keywords: Whiteness. *O Retorno*. Dulce Cardoso. Angola. Colonialism.

Introdução

Talvez seja algo muito recente o pensar a branquitude por meio de obras literárias. Em tempos em que se busca justamente romper com a hegemonia do racismo, do preconceito e das leituras canônicas, em que a maior parte dos escritores são brancos, de meia idade, e de

¹ Mestre e doutorando em Letras pelo Programa de Pós-graduação em Letras, da Universidade Federal do Rio Grande do Sul – UFRGS, na linha de pesquisa Pós-colonialismo e identidades. Bolsista Capes. Integrante do grupo de pesquisa "Letras e vozes dos lugares". Professor do Instituto Federal do Paraná - IFPR. E-mail: d.bonatti22@gmail.com

² Doutora em Letras/Literatura Brasileira. Professora do Departamento de Letras Clássicas e Vernáculas da Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS) e do Programa de Pós-Graduação em Letras da UFRGS. Coordenadora do Projeto de Pesquisa Letras e vozes dos lugares

uma classe social privilegiada, falar de branquitude na literatura parece ser contraproducente. Neste contexto, os estudos literários têm buscado, cada vez mais, valorizar escritores ou narrativas que representem o oposto ao cânone, ou seja, vozes plurais, escritores e temas que representem pessoas negras, indígenas, da periferia, LGBTQIA+, com deficiência, vozes femininas, representantes de grupos marginalizados, etc. Mas então, diante deste cenário de ampliação da diversidade de vozes, culturas e contextos, por que a necessidade de falar sobre branquitude?

A fim de contextualizar essa problemática, escolheu-se como objeto de análise deste artigo a obra *O Retorno* (2011), de Dulce Cardoso. A narrativa conta a história de uma família branca que sai às pressas de Angola após a independência, em 1975. Como destino, vão para Portugal, que oferece abrigo aos retornados. Vivendo na metrópole, a família se degrada e se desestrutura à medida que não são recebidos como esperavam, nem encontram a fabulosa Lisboa dos livros e das fotos. Embora estejam inseridos no contexto de migração em que são denominados “retornados”, a família nunca pertenceu, de fato, à metrópole.

A representação desses trânsitos, somada ao contexto colonial e à luta pela independência traz à tona conflitos envolvendo raça, classe social e poder. A migração da família angolana sob a forma de refugiados não os exime de questões como exploração, racismo e violência no contexto angolano. Sua saída traumática do país e o choque de realidade ao chegarem na metrópole envolve, por outro lado, um processo de reconhecimento de sua posição de colonizados, à medida que têm sua identidade racial branca depreciada tendo em vista suas origens africanas e a sua condição de migrantes.

Assim, iniciamos realizando um resgate histórico sobre a colonização angolana, passando, em seguida, para a contextualização do romance com a representação dos conflitos que levaram à fuga das pessoas brancas do país. Posteriormente, discute-se sobre os problemas da branquitude do protagonista e de sua família em relação ao pertencimento a Portugal e os conflitos identitários no contexto dos retornados.

Antecedentes

A invasão da África pelos portugueses iniciou-se em 1484, e mais tarde, em 1554 a do Reino de Angola. A presença lusitana no Continente impõe uma nova história que tem como consequência, entre outros aspectos, o uso do racismo como forma de opressão, e da escravização como estratégia de dominação. Conforme Goody (2013), como efeitos do imperialismo europeu, temos não apenas a expansão dos territórios do velho mundo, como

também a introdução forçada de uma nova história sobre as colônias, vistas agora como um campo de experimentos para o progresso da Revolução Industrial e do capitalismo voraz que se seguiu.

Entre outros aspectos, o eurocentrismo fez com que as sociedades africanas e ameríndias se desestruturassem e ficassem marcadas pela violência da depreciação cultural, e pela instituição de um novo tempo – cronológico, organizado, medido e “lógico”. A colonização cria uma nova história, conduzida, agora, a partir de visões racistas, patriarcais e exploratórias, que visavam, sobretudo, a expansão do capital. (GOODY, 2013). Para além da colonização mental, a chegada dos colonizadores, no caso, aqui, dos portugueses, é um evento que acontece a partir da instância linguística.

Segundo Fanon (2008), a ideia de que o sujeito negro [e também o indígena] deveria ocupar uma posição inferior ao branco é uma ação criada e propagada pela língua, pela criação de um discurso que inferiorizava o colonizado e subjugava sua cultura. Quando passa a falar a língua do invasor, o colonizado internaliza, inconscientemente, os valores propagados pelo branco, seu modo de pensar, seus conhecimentos e a forma de existir perante a sociedade. A imposição desse discurso busca o apagamento do sujeito, fazendo-o “[...]esquece[r] o passado africano e assum[ir] uma história outra, a portuguesa. Essa superposição ocorreu por violência implícita (a catequese) e explícita e fez da língua seu instrumento de conversão ideológica.” (TUTIKIAN, 2006, p. 93).

Cabe ressaltar que, apesar dos esforços da colonização, o colonizado não é apático frente à sua condição. Historicamente, existiram movimentos de resistência e enfrentamento aos selvagens europeus, impulsionados, sobretudo, pela expansão do pensamento pan-africanista e de resistência negra nos anos 1950. O engajamento e posicionamento crítico frente à colonização é estimulado, também, pela geração de estudantes angolanos que, ao residir na metrópole, iniciam o questionamento acerca da colonização. Reunidos na terra dos opressores, os estudantes formam associações como a Casa dos Estudantes do Império, que servia de estadia para eles, mas que se tornou um espaço de unidade política. (AQUINO; LOPES, 2013).

Dessa forma, o progressivo desenvolvimento da crítica à colonização, assim como o fortalecimento do pensamento nacionalista, fazem com que, pouco a pouco, a dominação portuguesa perca poder sobre os angolanos. Tanto é que, entre as décadas de 1950 e 1960, surgem as primeiras organizações políticas no país, tal como os partidos MPLA - Movimento Popular de Libertação de Angola, o UNITA - União Nacional para a Independência Total de

Angola, e o FNLA - Frente Nacional de Libertação de Angola. Esses movimentos políticos ganham força e passam a enfrentar o poder colonial português. A oposição à presença portuguesa no país se torna de tal forma intensa que gera um conflito armado entre os revolucionários e o exército colonial. Assim,

Em 1961, os militantes do MPLA decidem pela primeira luta armada, para libertação dos companheiros. A reação portuguesa é muito violenta. Portugal fecha, na metrópole, a Casa dos Estudantes do Império e a Associação dos Escritores. Fecha toda a entidade cultural democrática, em Angola, como a Sociedade Cultural de Angola, o Cine-club de Luanda, a Associação dos Naturais de Angola... Intervém na Liga das Nações Africanas. Destrói as editoras e gráficas. Proíbe a circulação da literatura angolana e leva para lá apenas os textos de qualidade inferior, comerciais, que não interessam à Europa. Enchem-se as prisões e o tribunal Militar de Angola passa a um desempenho intenso. Renova-se a mentalidade de que a história angolana é a portuguesa, a cultura angolana é a portuguesa, a literatura angolana é a portuguesa. Entretanto, o tempo, a consciência e, sobretudo, o sentimento já não são os mesmos e a guerrilha pela libertação ganha a colônia. (TUTIKIAN, 2006, p. 95).

Como resultado do conflito, Angola torna-se independente em 11 de novembro de 1975. Inicia-se, então, uma nova fase da guerra, agora civil, de disputa entre MPLA e UNITA, ambos apoiados, respectivamente, por União Soviética e Cuba, África do Sul e Estados Unidos, como um desdobramento da Guerra Fria. A partir da independência, milhares de cidadãos, brancos e negros, passam a fugir do país devido à guerra. No caso dos brancos, muitos eram acusados de serem traidores/apoiadores do regime colonial, muito também como resultado de cicatrizes coloniais, de anos de opressão e dominação branca sobre a população negra. Tal como em outros países que passaram por processos coloniais, a tensão entre opressor e oprimido, ou os sujeitos que assumem o papel histórico dessas posições, é um fato que pode ser observado até a atualidade.

Assim, quando os revolucionários vencem o processo de independência, uma espécie de “acerto de contas” é colocado em prática. O poder dos brancos não era mais legítimo e suas ações durante o período colonial passam a ser cobradas. Por isso, num ato de desespero, muitos fogem para Portugal, buscando refúgio, conforme pode ser visto no romance *O Retorno*, de Dulce Cardoso.

Nós os brancos – de opressores a “oprimidos”

Como representante de uma geração de retornados, Dulce Cardoso escolhe como protagonista e narrador em primeira pessoa Rui, um adolescente branco, bastante egoísta e racista. Ao longo da obra, o menino mescla a narração de conflitos familiares e sociais com os

próprios sentimentos em relação à migração. Logo no começo da narrativa, ele revela os planos da família:

[...] O tio Zé vai levar-nos ao aeroporto. O pai vai lá ter depois. Depois de matar a Pirata [cachorrinha] e de deitar fogo à casa e aos camiões. Não acredito que o pai mate a Pirata. Também não acredito que o pai deite fogo à casa e aos camiões. Acho que diz isso para não pensarmos que eles se ficam a rir. Eles são os pretos. (CARDOSO, 2011, p. 8).

Neste trecho, já fica em evidência a tensão entre o grupo social que o personagem ocupava e os outros, descrito por “eles são os pretos”. O ressentimento da família em relação ao que acontece no país é tanta que, ao deixá-lo, preferem queimar os bens que possuem do que saber que seriam tomados pelos revolucionários, que “ririam deles”. Essa binaridade entre brancos *versus* negros é um discurso que se repetirá até o final da obra, com o protagonista sempre assumindo um papel de vítima diante do processo, tomando partido do exército português.

A partida é um evento que não apenas desestabiliza a família, como também expõe as situações que eles tentavam esconder de modo a levar uma vida padrão, de família de classe média feliz. Na saída, vem à tona o fato de o tio Zé ser homossexual e reprimido por isso; as dificuldades financeiras da família; do pai nunca ter dinheiro suficiente e prometer presentes que não se cumpriam; da mãe ser uma pessoa desequilibrada e sensível, que conforme as descrições da obra, se caracterizava por uma esquizofrenia e/ou possessão espiritual; das práticas sexuais precoces do protagonista; do estado de alienação da irmã, que vivia num mundo de beleza e alheio à realidade social, entre outros. O trauma da saída de Angola é acentuado quando uma tropa de revolucionários chega à casa da família com a acusação de que o pai de Rui era um traidor e tinha participado no assassinato de cidadãos negros:

Tocam à campainha. [...] O pai tira a arma da gaveta mais pequena da cristaleira e esconde-a dentro das calças. Os brancos não podem andar armados [...] Quando o pai abre a porta, a Pirata corre para o portão. Do outro lado está um soldado preto [...] Atrás do soldado preto está um jipe com mais soldados pretos. (CARDOSO, 2011, p. 48).

O pai de Rui tenta resolver a situação com cervejas, cigarros e uma conversa, mas os soldados o capturam e o levam dali, ação que faz com que Rui desmaie. A partir deste momento, Rui, a mãe D. Glória e a irmã Milucha vão imediatamente para o aeroporto: “[...] Há centenas de pessoas à nossa volta, centenas ou milhares, não sei, nunca vi tanta gente junta, nunca vi uma confusão tão grande, tantas malas e tantos caixotes, tanto lixo, lixo, lixo e mais lixo” (CARDOSO, 2011, p. 58).

A próxima parada é Lisboa. Inicialmente, a família é bem recebida, com toda pompa e glamour: “Sejam muito bem-vindos a este hotel. Façam o favor, entrem, podem sentar-se nessas poltronas. É o meu escritório, estejam à vontade, aqui no hotel todos querem ajudar, chegaram a bom porto.” (CARDOSO, 2011, p. 67). No entanto, pouco a pouco, a vida da família começa a se degradar. Um dos primeiros choques de Rui e sua família é com a insignificância da metrópole real versus a metrópole dos livros: “A metrópole tem de ser como este hotel que até no elevador tem uma banquetta forrada a veludo. Portugal não é um país pequeno, era o que estava escrito no mapa da escola, Portugal não é um país pequeno, é um império do Minho a Timor.” (CARDOSO, 2011, p. 83).

A verdade é que Portugal era um país minúsculo, de importância inferior aos outros impérios, e Lisboa, em especial, era uma cidade triste e fria. A casa deles não era ali, pior ainda, eles não eram portugueses, eram angolanos. A decepção com a metrópole soma-se ao fato de estarem sem dinheiro, vivendo os traumas da saída repentina e forçada, assim como o luto pela ausência do pai. Como consequência, todos, incluindo outras famílias, começam a deteriorar sua posição anterior de classe média e elite cultural angolana. O hotel, descrito como de luxo e cinco estrelas, torna-se, metaforicamente, *O Cortiço*, de Aluísio de Azevedo, em que todos acabam se corrompendo e sendo corrompidos pelo ambiente.

[...] Também lhes deve custar imaginar uma piscina cheia de folhas como está a do hotel, folhas e lixo, a directora nunca mais a mandou limpar desde que a esvaziou no verão do ano passado, já se deve ter esquecido de que este é um hotel de cinco estrelas, que o hotel tem regras e que as regras têm de ser cumpridas para o nosso bem. E se nos queixamos a directora mexe no colar de pérolas de três voltas sem disfarçar o aborrecimento que as nossas queixas lhe causam e nem nos responde. Já foi há tanto tempo que o Pacaça reclamou contra o encerramento da piscina, agora já nem há plenários, neste verão ninguém sequer falou da piscina vazia. O Sr. Marques ainda reclamou do ar condicionado desligado nos quartos mas a directora, se têm calor vão para a praia, não há muitos que tenham a praia tão perto. A directora já nem se desculpa com os tempos conturbados, de resto agora já nem diz tempos conturbados, diz, tempos funestos. Este verão fui à praia e já não achei a água tão gelada, talvez no verão que vem ainda a ache menos gelada. (CARDOSO, 2011, p. 237).

Além da degradação presente no trecho e o contraste com o momento inicial, em que o prédio representava o orgulho lusitano, de ser cinco estrelas e possuir bancos de veludo, agora, o hotel está gasto, sujo e abandonado. Chama atenção, também, a passagem do tempo, marcado pela passagem das estações, de verão a verão, e a situação dos retornados continuar a mesma, sem que a guerra terminasse e eles pudessem regressar, nem conseguissem se inserir à metrópole, arranjando trabalho, moradia e assim não precisando mais dos auxílios do governo.

Além disso, a degradação da família pode ser vista quando a mãe, D. Gloria, começa a ter ataques e sofrer com a ausência do marido. Como atitude de desespero, aceita vender a última joia que ainda tinha, um medalhão com a foto do marido, cujo valor recebido na venda é muito inferior ao esperado; Milucha, por sua vez, começava a forçar o sotaque para parecer portuguesa – pois sua esperança era o casamento. Enquanto isso, Rui sente muita revolta com a situação. Da escola, fora suspenso após ofender a professora que insistia em fazer perguntas ao “grupo dos retornados”, que estavam atrasados em relação ao resto da turma. De modo geral, Rui sente que ninguém os queria na metrópole. Até mesmo no hotel, onde tinham suas despesas pagas pelo IARN - Instituto de Apoio ao Retorno de Nacionais, sofriam preconceito:

[...] Os empregados não nos querem cá e não gostam de nos servir. Acreditam que os pretos nos puseram de lá pra fora porque os explorávamos, perdemos tudo, mas a culpa foi nossa e não merecemos estar aqui num hotel de cinco estrelas a sermos servidos como éramos lá. Os empregados preferem servir os pretos que nem nos talheres sabem pegar a servir-nos a nós, acham que os pretos são vítimas que ao fim de cinco séculos de opressão e ainda tiveram de fugir da guerra. (CARDOSO, 2011, p. 91 – 92, grifos nossos).

O jovem se sente inferior aos seus iguais, isto é, em relação aos demais sujeitos brancos. Pode-se dizer que ele está recalcado diante de sentir-se subalterno, menor ou menos importante do que julga ser. A experiência da fuga o coloca diante do espelho e ele se depara com seus maiores medos: a morte, a pobreza, a tristeza de ter de deixar sua terra natal e, o pior, ser tratado de forma inferior aos sujeitos negros. Rui sabe que a vida das pessoas negras em Angola era difícil e por isso não quer, de forma alguma, ocupar uma posição semelhante à delas.

Como atitude de revolta, ele passa a faltar nas aulas, cometer pequenos furtos, experimenta drogas, e tem relações sexuais com uma mulher casada, esposa de seu único amigo, o porteiro do hotel. Sua trajetória se degrada pouco a pouco. Assim, diante da vida miserável que se desenhava para a família em Portugal, começa a aprender inglês lendo um dicionário e planeja se mudar com a família para a América, onde um “futuro dourado o aguardava”. O desejo de migrar para um novo país pode estar associado à valorização de sua branquitude, porque, se em Portugal eram vistos como culpados no processo de colonização, na América teriam, com certeza, mais valor, tendo em vista que é uma terra de oportunidades iguais a todos etc.

Essa necessidade de fuga para conseguir exercer sua cidadania plena, afastando-se da carga e ressentimento colonial, associados ao sonho do sucesso capitalista, evidencia a desestabilização da identidade racial do protagonista e de sua família, colocando-os em estruturas de poder que, até então, operavam inconscientemente. Embora brancos, não

pertenciam àquele lugar, o que contradizia toda a propaganda colonial de um só império, unido e forte. A relação da identidade racial associada ao pertencimento é o que se discute a seguir.

Ser branco é pertencer a um lugar?

Sim, ser branco é pertencer a um lugar. Mas não a um lugar físico, como o debate neste artigo possa levar a pensar, haja vista que se discute sobre migração, mas sim pertença em relação a um lugar social. A construção do que significa ser branco, desde o início da colonização até a atualidade, é uma ação intrínseca à imposição de poder dos brancos em relação aos demais povos, assim como a determinação dos padrões culturais, econômicos e morais vigentes na Europa sobre as demais partes do mundo.

As relações originadas a partir dessa interação forçada e violenta dos brancos sobre os demais povos se dá com base no discurso da racialização. Por meio de argumentos filosóficos, religiosos e científicos, o branco decreta que o outro é portador de uma raça, e suas características são, portanto, inferiores, animalizadas, infantis, diabólicas, perversas, entre outros absurdos propagados pelo racismo. A partir deste processo, historicamente têm sido dedicados estudos e investigação sobre os efeitos da colonização sobre pessoas negras e indígenas e as consequências desse fato para a formação das sociedades contemporâneas. Contudo, a origem e os principais causadores dos problemas têm ficado de fora das discussões sobre raça – o debate sobre o papel da branquitude nos processos raciais.

Conforme Banton (2000), a brancura é uma categoria criada e difundida a partir da segunda metade do século XVII como sinônimo de um status superior, ocupado por brancos colonizadores, principalmente no mundo anglófono. A expansão do conceito acontece à medida que os brancos criam um grupo hegemônico para se diferenciar dos colonizados, de modo a inferiorizá-los. O pensamento supremacista se difunde à medida que o discurso branco diz “possuir a pureza sanguínea”, ou então os padrões (por nós mesmos criados) do que seria belo, divino e superior.

Para Bento (2016), o branqueamento e a invisibilização das demais culturas em relação à raça e culturas brancas são aspectos proeminentes das relações raciais no Brasil, assim como em outros países marcados pela colonização. A branquitude constitui um sistema baseado em práticas discriminatórias e de preservação de privilégios a fim de manter a hegemonia branca, assim como a permanência de grupos que visam à própria proteção. Os brancos protegem a si mesmos e excluem todos aqueles que representam uma ameaça a sua

projeção egóica. Essa exclusão acontece de maneira física e moral, através do processo psicológico de criação de diferenças (FANON, 2008). Tal criação do Outro é um processo de imposição cultural e projeção baseado no medo, que está associado ao desejo e à repulsa, processo este ligado à sexualidade, conforme a Psicanálise.

Outro ponto interessante levantado por Bento (2016) são os “Pactos Narcísicos”. Na contemporaneidade, a subjetividade dos brancos é beneficiária simbólica dos processos escravistas, porém, como ato de autopreservação econômica, de status, de poder e prestígio, as pessoas brancas preferem não discutir sobre seus privilégios. Esses pactos são históricos e podem ser identificados desde a abolição, cuja importância histórica indica uma grande mudança social, isto é, a liberdade para os ex-escravizados. No entanto, para os brancos, esse evento não representa grandes mudanças em suas vidas porque têm preservado, desde sempre, seu poder, prestígio, liberdade e classe social. A transmissão dos privilégios herdados com a branquitude ocorre por meio da psique coletiva: em outras palavras, os grupos interconectados permitem a intergeracionalidade do poder branco. Assim, desigualdades raciais são problemas do outro, do negro, do indígena, e nunca do branco que se exime de culpa nestes processos.

Neste contexto, Schucman (2020) fala sobre a branquitude enquanto uma construção ideológica que influencia a criação de comunidades, identidades, da cultura e dos processos de interação social. Para a autora, ser branco não é apenas uma questão genética, mas sobretudo das posições e lugares sociais que os sujeitos ocupam. Assim, a branquitude diz respeito à posição de sujeitos que foram sistematicamente privilegiados no acesso a recursos materiais e simbólicos gerados inicialmente pelo colonialismo e imperialismo, mas que repercutem até a contemporaneidade. Por conseguinte, o branco, de acordo com a autora, é um sujeito herdeiro de privilégios, que podem ser materiais ou imateriais, e que vão desde a concentração de renda e acesso a direitos básicos, até a valorização cultural, ocupação de cargos de poder, representatividade hegemônica, etc.

Embora seja herdeiro de privilégios, a maior parte dos cidadãos brancos não reconhece esses benefícios. Muito menos se reconhece enquanto, também, sujeito racializado. Ser branco, para a maioria, é algo tão comum e tão poderoso que não caracteriza um grupo, apenas a normalidade. Para exemplificar essa invisibilidade acerca da própria identidade, Lourenço Cardoso (2020) compara os sujeitos brancos aos personagens literários Drácula e Narciso. Drácula é um morto-vivo que se alimenta pelo sangue de suas vítimas, ou seja, deseja demais o outro. Narciso, por outro lado, apaixona-se por si mesmo. Apaixona-se pelo próprio reflexo, demonstrando, então, um excesso de “eu”. É por meio dessa metáfora do

branco que “não se enxerga” e “enxerga [ou deseja] demais o outro”, que o professor Lourenço critica a cegueira ou branquitude acrítica, ou seja, o desconhecimento sobre a própria identidade racial e a necessidade de discuti-la por parte dos brancos.

Por vezes, a branquitude é de tal forma hegemônica e acrítica, que os sujeitos sequer percebem que ser branco é ter a garantia, dentre outros aspectos, de uma nacionalidade e de usufruir de um padrão econômico superior em relação aos demais. A cegueira sobre a própria branquitude é um evento que causa um profundo choque no protagonista Rui, conforme é discutido a seguir.

Branquitude e nacionalidade

Partindo da ideia de que o branco não se vê como racializado e apenas vê o outro como pertencente a uma raça, (CARDOSO, 2020), identifica-se que Rui apenas se percebe como tal ao emigrar e ocupar uma posição de “branco de segunda classe”. Esta ideia de pensar a branquitude a partir de uma posição inferiorizada não tem a intenção de colocar o sujeito branco como vítima ou num status igual ao de pessoas que sofrem com o racismo no dia a dia. Pensar que exista uma branquitude “menos branca” só evidencia a existência de uma branquitude hegemônica marcada não apenas pela classe social, como também pela nacionalidade, no contexto da narrativa.

No romance em questão, existe uma tensão e uma espécie de “ranqueamento de branquidade” a partir da nacionalidade:

Há muita gente de Moçambique aqui no hotel, mas os de Angola não se dão com os de Moçambique. Os de Moçambique têm mania que viviam na Pérola do Índico e usam palavras em inglês, chamam boys aos miúdos pretos e dizem que moravam em flats, falam de monhés e de chinas. [...] Às vezes os de Angola e os de Moçambique desentendem-se acerca de qual era a melhor colónia, as outras quase não contam. Quando o pai chegar vai defender Angola tão bem que os de Moçambique nunca mais abrem a boca. (CARDOSO, 2011, p. 88).

A partir da fala de Rui, depreende-se que, quanto mais fiel à cultura e ao jeito de falar e portar-se da metrópole, mais portugueses, ou “mais brancos” seriam os cidadãos. Nesse aspecto, o protagonista considera os moçambicanos menos brancos, ou inferiores na portuguesidade, do que os angolanos. Outras ex-colônias importantes, como o Brasil, Timor Leste e Cabo Verde sequer são citadas no nível de branquidade portuguesa, tal é a sua distância no nível de branquidade. Ao descrever a tensão envolvendo “qual seria a melhor colônia”, o protagonista revela uma competição em que o pódio seria alcançado por aqueles que mais brancos conseguissem se tornar, isto é, falassem, agissem e pensassem conforme a

metrópole. E isto incluiria, evidentemente, a negação da própria cor, afinal ter cor, para o personagem, significaria portar características inferiores:

[...] o preto é preguiçoso, gostam de estar ao sol como lagartos, o preto é arrogante, se caminham de cabeça baixa é só para não olharem para nós, o preto é burro, não entendem o que se lhes diz, o preto é abusador, se lhes damos a mão querem logo o braço, o preto é ingrato, por muito que lhes façamos nunca estão contentes, podia-se estar horas a falar do preto mas os brancos não gostavam de perder tempo com isso, bastava dizer, é preto e já sabe do que a casa gasta. (CARDOSO, 2011, p. 25).

O pensamento extremamente racista por parte do personagem só reforça o discurso colonial na tentativa de menosprezar o sujeito negro em relação ao branco. É interessante refletir sobre como as falas de Rui enfatizam a repetição do substantivo “o preto” acompanhadas de adjetivos negativos, mas, em nenhum momento, desfere agressões ao “branco português” que lhe impõe uma vida subalterna na metrópole, por exemplo. A cegueira em relação à própria identidade (CARDOSO, 2020) é uma tentativa de autopreservação por meio dos pactos narcísicos (BENTO, 2016), e que visa conservar os benefícios simbólicos de ser branco (SCHUCMAN, 2020), como o de transitar livremente em Portugal, por exemplo.

Diferentemente do que Grada Kilomba, em *Memórias da Plantação* (2019), relata, sobre o fato de pessoas negras serem sempre questionadas sobre suas origens ao viverem em países europeus, para Rui, o pertencimento e o “direito” de estar na metrópole, sendo cidadão branco, é quase natural. Fruto de uma branquidade que não reconhece os limites impostos pelo racismo, o personagem evidencia que a raça, somada à nacionalidade, é um instrumento de grande poder dentro da sociedade contemporânea.

Do lado oposto, Grada Kilomba descreve que os sujeitos negros têm sua presença frequentemente questionada em países onde a hegemonia branca quer se manter inalterável:

À primeira vista, a ideia de superioridade não parece estar implícita nos novos racismos, apenas o pensamento inofensivo de que “nós não temos nada contra elas e eles, mas aquelas/es ‘diferentes’ têm seus próprios países para viver, e portanto, devem retornar” pois “a presença delas/es é um distúrbio para a integridade nacional”. O racismo é então explicitado em termos de “territorialidade”, supondo uma característica quase natural. (KILOMBA, 2019, p. 113).

A situação de Rui e de sua família, no entanto, não pode ser descrita pela experiência do racismo, haja vista que é branco e pertencente a um grupo social de elite. O que parece pesar na experiência dos retornados em Portugal pode ser explicado pelo preconceito em relação às suas origens, afinal viviam na terra dos colonizados, logo, passam a ser vistos como inferiores pelos portugueses. Por outro lado, parece existir também um ressentimento político em relação aos retornados, porque afinal, ao “perderem a guerra”, diminuem o território e poderes

do império português. Ainda, se não fossem tão injustos com os cidadãos negros angolanos, talvez a hegemonia branca ainda estaria preservada na colônia, como pode ser vista no trecho: “[...] Acreditam que os pretos nos puseram de lá pra fora porque os explorávamos” (CARDOSO, 2011, p. 91).

Fato é que a situação dos retornados apresenta problemas pelos dois lados: tanto os portugueses não aceitavam os imigrantes pelos antecedentes coloniais, como também viam neles uma ameaça para o seu *status*, seja na oferta de empregos, na piora da economia e na depredação da portuguesidade. Os retornados, por sua vez, não se adaptavam à metrópole e se sentiam subjugados, sem prestígio e sem respeito ao “seu alto grau de lealdade à cultura da metrópole”, se comparados aos Moçambicanos, por exemplo.

Por fim, cabe ressaltar que o embate entre migração e identidade nacional, no romance, é um problema que perpassa a esfera da raça. A experiência da situação de estrangeiro, a partir de uma situação econômica difícil, e na condição de refugiados de guerra, coloca os personagens brancos angolanos de frente com suas identidades raciais e, no contexto da obra, insere-os num contexto de exclusão e degradação na ‘metrópole imaginada’ (ANDERSON, 2008). Diferentemente do que haviam planejado, a vida em Lisboa não condiz com a ‘propaganda colonial’ do império rico do qual faziam parte. Até mesmo os sonhos de uma vida melhor na América são interrompidos quando o pai chega ao hotel após ficar meses preso e ser considerado morto. Defensor de um discurso em que não aceitava ser empregado, mas sim patrão, o pai convence a família de que a melhor alternativa seria pegar um empréstimo altíssimo no banco e investir numa fábrica de blocos de concreto em Lisboa. O futuro de todos é incerto e o romance termina com a esperança dos personagens por dias melhores.

Considerações finais

Este artigo teve como objetivo refletir sobre as questões de branquitude presentes no romance *O Retorno* (2011), de Dulce Cardoso. Pensar sobre a branquitude a partir de uma obra literária que representa a história de um país é pensar, também, a respeito dos efeitos dos processos que o compõem sobre as pessoas. A tensão existente entre os cidadãos negros e brancos, no romance, é uma cicatriz colonial sob a forma de fronteiras simbólicas criadas para a implantação de uma espécie de *apartheid* imaginário que existia [ou talvez ainda exista] em Angola e que foi imposto a fim de manter as pessoas brancas no topo do processo.

A ruptura desse processo ocorre com a independência do país em 1975 e com a consequente saída dos brancos em direção a Portugal. A partir da obra, é possível entender a perspectiva dos brancos que têm de deixar o país após serem considerados traidores/colonizadores pelos revolucionários negros. A chegada na metrópole, no entanto, é motivo de decepção para o protagonista e sua família, que perdem o *status* anteriormente desfrutado em Angola. Vivendo agora no país europeu, eles se encontram numa situação de subalternidade, em que não são bem recebidos e passam a ocupar uma espécie de “branquitude de segunda classe”, motivada, talvez, pelo ressentimento político devido à derrota na guerra colonial e também pelo preconceito das origens africanas.

Como pontos a serem destacados em relação à identidade racial branca dos personagens, destaca-se a branquitude acrítica frente à própria identidade (CARDOSO, 2020), isto é, eles sabem que são brancos, mas em nenhum momento reconhecem serem participantes de uma raça e, portanto, inseridos nos processos raciais da sociedade. Além disso, sequer questionam seus discursos racistas, e pior ainda, só os reforçam ao os propagarem absurdos sobre os cidadãos negros angolanos. Identifica-se, também, que a ação dos personagens em não perceberem a própria identidade racial ou se revoltarem contra os portugueses brancos que os receberam de forma diferente do que esperavam é uma tentativa de autopreservação por meio dos pactos narcísicos (BENTO, 2016). Se criticassem de forma veemente os cidadãos brancos portugueses, os retornados estariam, de alguma forma, agredindo a si mesmos. Assim, de modo a defender o grupo dos brancos e proteger a si mesmos, os personagens apenas ficam resignados, não demonstrando qualquer protesto.

Por fim, outra característica da branquitude acrítica que pode ser identificada no romance é a tentativa de conservar os benefícios simbólicos de ser branco (SCHUCMAN, 2020). As vantagens de ser branco em Portugal podem ser percebidas em fatos como o de garantia de permanência e/ou a concessão do direito de existir e de transitar livremente no país, sem ter o medo da deportação, da violência e da morte, situações estas frequentemente enfrentadas por outros grupos de imigrantes. Uma das ‘vantagens’ de ser branco retornado em Portugal, no contexto do romance, está na possibilidade de sonhar com uma vida melhor quando o pai planeja a empresa de blocos de concreto ao conseguir o empréstimo. Pensando sobre o poder exercido pela raça branca na sociedade, questiona-se: Se fossem imigrantes negros angolanos pensando em montar uma fábrica de blocos de concreto em Lisboa, eles conseguiriam o empréstimo necessário para construí-la? Eles seriam perguntados sobre os motivos de sua presença no país? Receberiam olhares desconfiados e comentários disfarçados

sobre sua possível dificuldade em quitar o empréstimo? É impossível a confirmação das hipóteses, mas imagina-se que, opostamente à trajetória da família de Rui, o final não teria o mesmo tom de esperança proporcionado pela branquitude, apesar da decadência moral e econômica.

Referências

- ANDERSON, Benedict. *Comunidades imaginadas: reflexões sobre a origem e a difusão do nacionalismo*. Tradução Denise Bottman. São Paulo: Companhia das Letras, 2008.
- AQUINO, Denise de Paula Veras; LOPES, Sebastião Alves Teixeira. Tradição e identidade n'As aventuras de Ngunga. *Anais... do SILEL – Simpósio Nacional de Letras e Linguística, e Simpósio Internacional de Letras e Linguística*. Volume 3, Número 1. Uberlândia: EDUFU, 2013. Disponível em: <http://www.ileel.ufu.br/anaisdosilel/wpcontent/uploads/2014/04/silel2013_2520.pdf> Acesso em: 24 jan. 2019.
- BANTON, Michael et al. Brancura. *Dicionário de relações étnicas e raciais*. São Paulo: Sumus, 2000. pp. 97-101.
- BENTO, Maria Aparecida da Silva. Branqueamento e branquitude no Brasil. In: CARONE, Iray.; BENTO, Maria Aparecida Silva (Orgs.). *Psicologia social do racismo: estudos sobre branquitude e branqueamento no Brasil*. Petrópolis: Editora Vozes, 2003. p. 25-55.
- CARDOSO, Dulce. *O Retorno*. Lisboa: Tinta-da-China Edições, 2011.
- CARDOSO, Lourenço. *O branco ante a rebeldia do desejo: um estudo sobre o pesquisador branco que possui o negro como objeto científico tradicional*. 290f. 2014. Tese (Doutorado em Ciências Sociais). Programa de Pós-graduação Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais. Faculdade de Ciências e Letras. Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho, Araraquara, 2014.
- FANON, Frantz. O negro e a linguagem. In: _____. *Pele negra, máscaras brancas*. Trad Renato da Silveira. Salvador: EDUFBA, 2008. pp. 33-52.
- GOODY, Jack. *O roubo da história*. Trad. Luiz Sérgio Duarte da Silva. 2 ed. São Paulo: Contexto, 2013.
- KILOMBA, Grada. *Memórias da Plantação: episódios de racismo cotidiano*. 1 ed. Tradução: Jess Oliveira. Rio de Janeiro: Editora Cobogó, 2019.
- SCHUCMAN, Lia Vainer. *Entre o encardido, o branco e o branquíssimo: branquitude, hierarquia e poder na cidade de São Paulo*. 2 ed. São Paulo: Editora Veneta, 2020.
- TUTIKIAN, Jane. Pepetela: uma identidade utópica e uma identidade distópica para Angola. In: _____. *Velhas identidades novas: o pós-colonialismo e a emergência das nações de língua portuguesa*. Porto Alegre: Sagra Luzzatto, 2006. p. 89-129.

Recebido em: 04/10/2023; **Aceito em:** 10/12/2023.